

Brasil quer salvaguardas no acordo com os bancos

O acordo de renegociação da dívida externa, que será apresentado na quinta-feira, em Nova Iorque, ao comitê dos bancos credores incluirá cláusulas de salvaguardas a fatores externos, como elevação da inflação dos países desenvolvidos e das taxas de juros internacionais, que possam abalar a estabilidade do quadro econômico brasileiro. A informação foi dada ontem pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, após encontro com o presidente Fernando Collor, a quem ela detalhou os termos da proposta, que prevê pagamentos aos credores internacionais em volumes sempre crescentes, desde que a economia brasileira se estabilize e volte a crescer. A ministra resumiu em uma frase a mensagem do Governo aos banqueiros: "Vamos mostrar que o Brasil é um país solvente".

Uma nova reunião com o presidente está prevista para hoje, quando se baterá o martelo em pontos fundamentais. Por exemplo, o de que o novo acordo irá além dos cinco anos do mandato Collor, englobará as parcelas dos juros vencidos e a vencer até fim deste ano. Nessa nova reunião ficará acertado ainda que a data, o volume e as condições para a retomada dos pagamentos dependerão das negociações. A inclusão de cláusulas de salvaguardas, segundo o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, permitirá a revisão de alguns parâmetros utilizados para montar a proposta brasileira.

GOLFO

As autoridades consideram que os efeitos da crise do Golfo

ARQUIVO



Dauster chefiará a missão

Pérsico ainda serão sentidos até maio do próximo ano. Tradicionalmente nesta época o mercado internacional começa a operar com preços estáveis, e até lá os países desenvolvidos serão afetados com uma inflação e juros internacionais em patamares mais elevados, explicou Eris. Ou, como definiu a ministra, "o quadro da economia hoje é bem diferente do de julho, antes da crise do Golfo.

Segundo assessores que participam da elaboração da proposta técnica, as salvaguardas defenderão, inclusive, a capacidade de pagamento do País. A previsão é de que no próximo ano o Governo brasileiro só possa remeter ao exterior recursos próximos de 2,4 bilhões de dólares, número ainda sujeito a modificações dependendo da capacidade de a economia gerar cruzeiros para comprar dólares sem pressionar a inflação. Ou seja, cruzeiros obtidos com o superávit fiscal e a parce-

la de pagamento da dívida externa de responsabilidade do setor privado.

SENADO

A missão, que embarca hoje para Nova Iorque, será chefiada pelo embaixador Jório Dauster e contará com a presença de técnicos e do secretário de Política Econômica, Antônio Kandir, que insistiu em uma proposta para solução definitiva da dívida que não comprometa o programa de estabilização e o crescimento econômico.

A estratégia de comunicação entre os negociadores e a ministra, que permanecerá em Brasília acompanhando as reuniões, já está montada e incluirá uma "linha direta" com os membros da Comissão de Economia do Senado. Esse contato com os senadores é fundamental porque, de acordo com a Constituição, os senadores têm competência para delimitar as condições e os limites das negociações com credores internacionais. Caso o Senado não aprove um item, toda a negociação será frustrada.

Nenhum dos integrantes da equipe que negociará a dívida quis prever qual será a reação dos bancos credores à proposta a ser apresentada pelo Brasil. Entretanto, o embaixador Jório Dauster afirmou que seria "ótimo" se o acordo fosse fechado até dezembro. Mas observou que "não existe data marcada" para uma resposta dos bancos. Já o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, disse apenas que "é uma boa proposta para o Brasil".